

29/abril/2026

À: Ilumina Itatiba S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 263A1-028-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Ilumina Itatiba S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Rafael Castro Hansted
Sócio

Ilumina Itatiba S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263A1-028-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Ilumina Itatiba S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ilumina Itatiba S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ilumina Itatiba S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 30 de abril de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

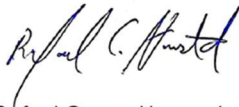
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

Ilumina Itatiba S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.069	2.184
Contas a receber	5	500	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	288	206
Estoques	7	952	1.282
Ativo financeiro	8	984	947
Outros ativos		134	114
Total do ativo circulante		7.927	4.733
		-	0
Ativo não circulante			
Outros ativos		781	831
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.447	1.455
Ativo financeiro	8	15.990	16.342
Imobilizado		14	17
Total do ativo não circulante		18.232	18.645
		-	
Total do ativo		26.158	23.378

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Itatiba S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	170	485
Obrigações sociais e trabalhistas		66	32
Impostos e contribuições correntes	10	31	18
Impostos e contribuições diferidos	11	157	156
Partes relacionadas	12	20.998	17.328
Outros Passivos		8	-
Total do passivo circulante		21.429	18.019
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	11	3.008	2.434
Partes relacionadas	12	-	-
Total do passivo não circulante		3.008	2.434
Patrimônio líquido			
	13	-	-
Capital social subscrito e integralizado		4.200	4.200
Adiantamento Futuro Aumento Capital		-	-
Prejuízo acumulado		(2.479)	(1.275)
Total patrimônio líquido		1.721	2.925
Total do passivo e patrimônio líquido			
		26.158	23.378

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Itatiba S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	4.105	8.245
Custos dos serviços prestados	15	(911)	(5.585)
Resultado bruto		3.194	2.661
		-	
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	(1.015)	(790)
Total das despesas operacionais		(1.015)	(790)
Despesas financeiras	17	(3.691)	(2.607)
Receitas financeiras	17	806	309
Resultado financeiro líquido		(2.885)	(2.298)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(706)	(427)
Outros Resultados Operacionais		(33)	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(465)	(220)
Prejuízo do exercício		(1.204)	(645)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Itatiba S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.204)	(645)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.204)	(645)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Itatiba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Lucro/ prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.200	-	(630)	3.570
Aumento de capital	-	-	-	-
Reversão Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(645)	(645)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.200	-	(1.275)	2.925
Prejuízo do exercício	-	-	(1.204)	(1.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.200	-	(2.479)	1.721

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ilumina Itatiba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	(1.204)	(645)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4	4
Pis e Cofins diferidos	(149)	1.105
IRPJ e CSLL diferidos	465	220
Juros Passivos com Partes Relacionadas	3.670	2.598
Decréscimo/(acrécimo) em ativos operacionais		
Contas a receber	(500)	332
Impostos e contribuições a recuperar	(74)	(536)
Estoques	330	2.403
Ativo financeiro	315	(3.820)
Outros ativos	30	22
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores + Outros Passivos	(308)	312
Obrigações sociais	34	14
Obrigações tributárias	272	(535)
Fluxo de caixa líquido proveniente das/ aplicados nas atividades operacionais	2.885	1.474
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(6)
Das atividades de financiamento		
Transações com partes relacionadas	-	193
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	193
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.885	1.661
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.184	523
No fim do exercício	5.069	2.184
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.885	1.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ilumina Itatiba S.A (“Companhia”), é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado. Está registrada no CNPJ sob o nº 48.116.985/0001-41, e NIRE 35300601611. A Companhia, com sede na cidade de Itatiba, estado de São Paulo, na Rua Coronel Camilo Pires, nº 540, Centro.

Foi constituída em 28 de setembro de 2022, tem como objetivo prestar serviços de Iluminação pública no Município de Itatiba – SP, incluindo a gestão, instalação, desenvolvimento, otimização, modernização, expansão, eficiência energética e manutenção de infraestrutura da rede municipal.

A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 06/2021, firmado em setembro de 2022, com vigência inicial de 240 meses.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 29 de abril de 2026.

(b) Base de elaboração ou mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas e políticas contábeis.

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis significativas adotadas pela Sociedade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: **(i)** o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e **(ii)** as características de fluxo de caixa contratual do ativo Financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Contas a receber

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Custos amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: **(i)** é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros vínculos a concessão, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo financeiros

Fornecedores

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

3.2. Contrato de concessão

A Companhia aplica em seus registros contábeis a ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão, as quais estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Os ativos de infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo Financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos investimentos na iluminação das vias públicas no Município de Itatiba, por meio de Contrato de Parceria Público Privada de Conceção Administrativa para prestação de serviços de modernização, eficiência energética.

O poder concedente, pelos serviços de construção/ melhoria, tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O Ativo Financeiro é mensurado ao custo amortizado. Na elaboração do projeto é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo do contrato e, periodicamente, é revisada e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na conta “Juros da TIR”.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa descontado pela TRAF do projeto. São considerados no fluxo de caixa futuro, as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita operacional) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato da PPP – Parceria Pública Privada é realizada (recebida/auferida) pelo cumprimento dos marcos contratuais e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a receita operacional pode ser ajustada em decorrência de reequilíbrio do contrato solicitado por uma das partes.

A parcela de remuneração do ativo financeiro é apresentada na demonstração de resultado de forma consistente entre as receitas de operação com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contrato de Concessão” e da Orientação Técnica OCPC 05 “Contratos de Concessão”. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis.

O recebimento das contraprestações ocorre em 240 parcelas para a parcela pecuniária mensal. O contrato teve início em setembro de 2022 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Estão apresentados em detalhes na Nota Explicativa nº “8”.

3.3. Estoques

Os estoques são bens adquiridos e ainda não aplicados na modernização dos parques de iluminação pública. São mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Nos exercícios apresentados, a Companhia não identificou eventos que possam indicar que os ativos não serão recuperados através das atividades operacionais futuras.

3.5. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos.

As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.6. Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** identifica os contratos com clientes; **(ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(iii)** determina o preço da transação; **(iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance do contrato; e **(v)** satisfaz toda as obrigações de desempenho.

Para as receitas estimadas de acordo com o contrato que o município não efetuou o pagamento da fatura integral pelo não cumprimento contratual, a Companhia reconhece perdas no respectivo montante em conta de resultado.

a) Receitas e despesas financeiras: a receita financeira está representada pelos ganhos nas variações decorrentes de correção monetária das parcelas recebidas, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

b) Receitas de construção: a Receita de Construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 (Contratos de Concessão e CPC 47 (R1)/ IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeita ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como Ativo Financeiro, onde a Companhia estima o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção aplicados mais margem.

c) Receita de remuneração dos ativos financeiros: corresponde à remuneração do investimento na implantação da infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa realizados e futuros estimados durante o prazo de vigência do contrato.

d) Receitas de operação e manutenção: após a fase de implantação e melhoria da rede inicia-se a fase de manutenção e operação da rede de Iluminação pública do município, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

e) Receitas de prestação de serviços: a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando **(i)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(ii)** determina o preço da transação; **(iii)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **(iv)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

3.7. Impostos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

No final do exercício, a Companhia contabiliza líquido os valores feitos a título de adiantamento de impostos ao longo do exercício com o saldo a pagar, demonstrando somente o saldo remanescente que será liquidado no exercício subsequente.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para fins de apuração, a Companhia observa o disposto na Lei 12.973/2014, Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017 e demais normativos aplicáveis à operação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de 10 anos. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Esses tributos diferidos são integralmente apresentados na Companhia “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Para fins de apuração dos impostos diferidos relacionados ao Ativo Financeiro, a Companhia aplica o disposto na Lei 12.973/2014, Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017 e demais normativos aplicáveis à operação.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente de acordo com o Princípio da Competência e, portanto, estão apresentados pelo seu valor presente não sendo necessários ajustes.

3.9. Novas normas, revisões e interpretações

a) Novas normas e pronunciamentos - Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

b) Novas normas e pronunciamentos - Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 - (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB"), que	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de
IFRS S2 - (Resolução CVM 218/2024)	fornece novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	1º de janeiro de 2026.
IFRS 18	O IFRS Accounting Standards, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada " <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ". Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	148	123
Aplicações financeiras	4.922	2.061
Total	5.070	2.184

O caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os equivalentes de caixa referem-se às aplicações financeiras e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado.

5. Contas a receber

Compostos por valores decorrentes serviços prestados.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados - faturados	500	-
Total	500	-

A Administração avaliou a carteira de contas a receber, com base no histórico de perdas, na análise individualizada dos créditos e na característica do contrato de prestação de serviços firmado com o Poder Concedente, e concluiu que não há evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável. Dessa forma, não foi constituída estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) para o exercício findo, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar

O Saldo da conta impostos a recuperar está composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recuperar	17	23
IRPJ saldo negativo anos anteriores	170	12
Pis diferido a recuperar	274	274
Cofins diferido a recuperar	1.262	1.264
IRPJ por estimativa	-	3
CSLL por estimativa	-	5
IRRF a recuperar	-	52
Outros	15	28
Total	1.735	1.661
Circulante	288	206
Não circulante	1.447	1.455
Total	1.735	1.661

A Companhia, na qualidade de concessionária em contrato de Parceria Público-Privada (PPP), regido pela Lei no 11.079/2004, reconhece ativos fiscais diferidos de PIS e COFINS gerados sobre os custos dos serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação e/ou melhoramento de infraestrutura que são aproveitados na proporção dos recebimentos, quando a receita decorrente desses serviços tiver contrapartida em ativo financeiro. A constituição desses créditos fundamenta-se na Instrução Normativa RFB no 1.700/2017, especificamente em seu artigo 282.

7. Estoques

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Luminárias	627	720
Braçadeiras	69	-
Cabos flexíveis	160	84
Rele fotoelétrico	16	16
Diversos	80	462
Total	952	1.282

Representados pelos custos dos produtos que serão utilizados na prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Município de Itatiba para modernização, ampliação, efficientização energética e manutenção do Parque Municipal de Iluminação Pública, que inclui todas as unidades localizadas dentro dos limites territoriais do Município de Itatiba, conforme contrato de Concessão Pública Número 06/2021.

A Companhia revisa periodicamente seus estoques para identificar itens obsoletos ou com valor de mercado inferior ao custo de aquisição. Com base na avaliação técnica e física efetuada em 31 de dezembro de 2025, que considerou o histórico de movimentação, não foram identificados itens que exigissem a constituição de provisão (perda estimada) para obsolescência ou ajuste ao valor realizável líquido nesta data.

8. Ativo financeiro – concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes da execução dos investimentos previstos no contrato de parceria público privada, firmado com o Município de Itatiba, nº06/2021. Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 “Instrumentos Financeiros”.

Posteriormente, o saldo é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (“TRAF”) e amortizado pelo recebimento das contraprestações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

São classificados em circulante e não circulante de acordo com o prazo de recebimento das contraprestações durante a vigência do contrato.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Financeiro circulante	984	947
Ativo Financeiro não circulante	15.990	16.342
Total	16.974	17.289

Movimentação do Exercício	31/12/2025
Saldo Inicial	17.289
Investimento no Ativo Financeiro	786
Margem de Construção (10%)	87
Atualização do Ativo Financeiro (TIR)	1.592
Recebimento da Contraprestação	(2.780)
Total	16.974

O recebimento das contraprestações ocorrerá em 240 parcelas. O Ativo financeiro é remunerado pela TIR a uma taxa de 9,68% a.a. e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na linha de "Receitas TIR".

9. Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Demais fornecedores	170	485
Total	170	485

10. Impostos e contribuições correntes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Cofins a recolher	22	13
PIS a recolher	5	3
Outros	4	2
Total	31	18

11. Impostos e contribuições diferidos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
PIS diferido a recolher	28	28
Cofins diferido a recolher	129	128
IRPJ diferido a recolher	890	548
CSLL diferida a recolher	329	206
Pis diferido a recolher	454	481
Cofins diferido a recolher	2.093	2.216
(-) PIS s/ AVP	(135)	(181)
(-) Cofins s/ AVP	(623)	(836)
Total	3.165	2.590
Circulante	157	156
Não circulante	3.008	2.434
Total	3.165	2.590

Os saldos de passivos fiscais diferidos, incluindo PIS e COFINS a recolher, decorrem de diferenças temporárias tributáveis originadas, substancialmente, da mensuração do Ativo Financeiro da concessão. A Companhia, na

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

qualidade de concessionária em contrato de Parceria Público-Privada (PPP), reconhece suas receitas de concessão com base no modelo de ativo financeiro, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Essas diferenças temporárias tributáveis, que geram a obrigação fiscal diferida, fundamentam-se na Instrução Normativa RFB no 1.700/2017 e decorrem dos seguintes fatores:

1. Apropriação de Receitas Financeiras: O reconhecimento contábil da receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva (TIR) sobre o ativo financeiro, que difere do momento de tributação pelo regime fiscal aplicável.
2. Ajuste a Valor Presente (AVP): Os efeitos da atualização financeira e dos ajustes a valor presente sobre os fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro.
3. Assimetria de Regimes: A diferença temporal entre o regime contábil de competência (reconhecimento da receita na construção/formação do ativo) e o regime de tributação, cujas bases de cálculo seguem as disposições específicas da IN RFB no 1.700/2017 para o diferimento da tributação até o efetivo faturamento ou recebimento das contraprestações.

Variação no Exercício

O aumento do saldo de passivo fiscal diferido no exercício, que passou de R\$ 2.590 para R\$ 3.165, é justificado principalmente pela atualização financeira do ativo da concessão e pelo reconhecimento adicional de receitas financeiras (TIR) pelo método da taxa efetiva. Adicionalmente, a manutenção de um saldo relevante de contraprestações futuras a faturar contribui para a geração de diferenças temporárias tributáveis de longo prazo, combinadas com os efeitos dos ajustes a valor presente sobre o ativo financeiro.

Realização e Segregação dos Saldos

A realização (reversão) desses passivos fiscais diferidos ocorrerá à medida que o Ativo Financeiro for faturado e recebido, momento em que as receitas correspondentes comporão a base de cálculo corrente para o recolhimento do PIS e da COFINS, conforme a legislação tributária vigente.

Os saldos diferidos são classificados no balanço patrimonial com base na expectativa de realização das diferenças temporárias. A parcela substancial encontra-se classificada no passivo não circulante, uma vez que a reversão ocorrerá de forma proporcional ao longo do recebimento das 156 parcelas de contraprestação previstas no contrato de concessão, cujo prazo de liquidação estende-se além do ciclo operacional de curto prazo da Companhia.

12. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a pagar		
Comerc Energia S.A.	20.998	17.328
Total	20.998	17.328

A operação de mútuo com a Comerc refere-se a apoio financeiro para continuidade das operações de iluminação, para tal fim, foram efetuados Mútuos adquiridos com taxas variando entre 100% a 107,69% da variação do CDI e para alguns contratos 100% CDI + 6% spread. O pagamento do mútuo não foi efetuado no exercício, gerando o aumento no saldo devido a atualização de juros.

13. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da empresa é de R\$ 4.200 mil totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 4.200 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Destinação do resultado do exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apurou prejuízo no montante de R\$ 1.204 mil e o referido montante será destinado à conta de prejuízos acumulados e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, apurou prejuízo no montante de R\$ 645 mil destinado à conta de prejuízos acumulados.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Receita de construção	1.674	6.354
Receita TIR	1.592	1.491
(-) PIS s/ Receita de Construção	(13)	(106)
(-) COFINS s/ Receita de Construção	(60)	(488)
(-) PIS s/ TIR	(28)	(24)
(-) Cofins s/ TIR	(127)	(110)
Total	3.038	7.117
Receita de prestação de serviços	1.414	1.408
(-) ISS	(153)	(129)
(-) PIS	(35)	(27)
(-) Cofins	(159)	(124)
Total	1.067	1.128
Receita operacional líquida	4.105	8.245

A Companhia, na qualidade de concessionária em contrato de Parceria Público-Privada (PPP), reconhece e mensura suas receitas operacionais em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Orientação OCPC 05 e o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Receita Operacional Líquida é composta pelas receitas de construção, remuneração do ativo financeiro (TIR) e prestação de serviços, deduzidas dos tributos incidentes, observando as disposições da Instrução Normativa RFB no 1.700/2017.

Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida ao longo da fase de implantação e melhoria da infraestrutura da concessão, com base no estágio de conclusão dos serviços prestados - CAPEX. Essa receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, correspondendo aos custos de construção incorridos acrescidos de uma margem de lucro de 10%. O reconhecimento dessa receita gera a formação do Ativo Financeiro da concessão, uma vez que a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A medida que a fase de CAPEX está sendo finalizada, a Receita de Construção no exercício de 2025 em comparação ao exercício anterior, reduziu na mesma proporção.

Receita de Remuneração do Ativo Financeiro (TIR)

A receita de remuneração do ativo financeiro decorre da atualização financeira do saldo a receber do poder concedente. Essa receita é reconhecida no resultado do exercício pelo método da taxa de juros efetiva (Taxa Interna de Retorno - TIR) implícita no contrato de concessão, aplicada sobre o saldo contábil do ativo financeiro. Para fins tributários, a tributação dessa receita financeira observa o regime de competência e as bases de cálculo específicas estabelecidas pela IN RFB no 1.700/2017.

Receita de Serviços

A receita de serviços refere-se à contraprestação pela operação, manutenção e gestão da infraestrutura concedida. Essa receita é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados aos usuários ou ao poder concedente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos. A mensuração

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

ocorre pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta compreendem, substancialmente, os tributos incidentes sobre a receita, tais como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). A apuração e o recolhimento do PIS e da COFINS sobre as diferentes naturezas de receita (construção, financeira e serviços) seguem rigorosamente as alíquotas e as regras de diferimento e base de cálculo previstas na legislação tributária vigente, em especial a IN RFB no 1.700/2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

15. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos de construção	(786)	(6.077)
Créditos de PIS e Cofins	73	545
Depreciação	-	(4)
Outros custos	(198)	(49)
Total	(911)	(5.585)

16. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(331)	(286)
Serviços de terceiros	(14)	(243)
Depreciação	(4)	(4)
Arrendamento e aluguéis	(47)	(38)
Despesas tributárias	(17)	(11)
Outras despesas administrativas	(602)	(208)
Total	(1.015)	(790)

17. Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	410	92
Juros e atualizações monetárias	435	232
PIS e Cofins sobre receita financeira	(39)	(15)
Total	806	309

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Atualizações monetárias diversas	(14)	-
Atualizações de contratos de mútuo	(3.670)	(2.598)
Despesas bancárias	(7)	(9)
Total	(3.691)	(2.607)
Resultado financeiro líquido	(2.885)	(2.298)

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O IRPJ e a CSLL têm sua base de cálculo relacionada ao Ativo Financeiro. Assim como as adições e exclusões no Lalur calculadas de acordo com a IN 1700/2017, artigo 168.

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(740)	(424)
(-) Exclusões Receita Ativo Financeiro	(1.524)	(543)
(+) Adições	174	148
Base cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	(2.090)	(819)
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal de 25% e 9%	-	-
Reconhecimento IRPJ e CSLL Diferidos	(465)	(220)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(465)	(220)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	(465)	(220)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	31/12/2025	31/12/2024
Custos amortizado (ativos financeiros)		
Caixa e equivalente de caixa	5.069	2.184
Contas a receber	500	-
Custos amortizado (passivos financeiros)		
Fornecedores	170	485
Partes relacionadas	20.998	17.328

Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa no 4.

Risco de crédito

A Companhia possui exposição ao risco de crédito relacionado somente ao caixa e equivalentes de caixas. A fim de mitigar riscos, a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

A precisão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

A análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

	Indexadores	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%
	CDI / SELIC	11,18%	14,90%	18,63%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	566	755	944

19. Eventos subsequentes

A Companhia não possui eventos subsequentes relevantes a serem divulgados entre a data das demonstrações contábeis e a data da sua emissão.

* * *